



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 010/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: DER-RO

PROCESSO Nº: 0009.231417/2021-75/FITHA/DER/RO

OBJETO: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370, trecho: Entrº RO-485/RO-489 (Corumbiara) - Parecis, Subtrecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 0+0,0000 - Estaca 1000 + 0,0000), Lote 03 (de um total de 05 Lotes) com extensão de 20,0 Km; Construção de ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre Rio Omerê (Ext. 50,0m X Largura 8,80m), Construção de ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre Rio Cabreúva (Ext. 30,0m X Largura 8,80m), no município de Corumbiara/RO.

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um às doze horas, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone 69 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela Portaria nº 74/SUPEL-CI de 11 de junho de 2021, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** **DA RECORRENTE:** A **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** traz a luz em seu recurso administrativo, sua discordância em relação a decisão da Comissão de Licitação proferida em Ata datada em 13.09.2021, que a inabilitou por não ter comprovado qualificação técnica operacional para o item *"Execução de ponte em concreto protendido"* e não ter comprovado quantitativo mínimo para os itens *"Defensa semi-maleável simples - fornecimento e implantação"* e *"Compactação de aterros a 100% do proctor intermediário"*, descumprindo parcialmente dessa forma a exigência contido no item 15.3, alínea "d" do Edital. No recurso interposto, a recorrente entende que a decisão da Comissão de Licitação deve ser revista, tendo em vista que esta empresa apresentou em sua documentação de habilitação, qualificação técnica suficiente para ser considerada apta para execução da presente obra, bem como qualificação operacional suficiente para ser considerada para tanto como habilitada. Afirma que a (...) *comprovação de qualificação técnica operacional para o item Execução de ponte em concreto protendido, esta empresa em sua documentação de habilitação, comprovou através de seu responsável técnico Cleyton Silva Ferreira, a execução de ponte em concreto protendido (...).* Ainda que a (...) *empresa executou serviços de OAE, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes (...).* Argumenta que o edital solicita a apresentação de 1.445,00 metros de comprovação de Defesa semimaleável simples - fornecimento e implantação, do qual esta empresa ora recorrente apresentou o quantitativo de 1.297,00 metros, ou seja, irrisório a diferença dos quantitativos, visto que quem faz 1.200,00 metros obviamente faz 1.445,00

metros, pois tanto os equipamentos e mão de obra empregados para execução de ambos os quantitativos são os mesmos, não havendo portanto em que se falar em não atendimento ao presente item. Já em relação ao item Compactação de aterros a 100% do proctor intermediário, a recorrente informa que empresa atendeu ao presente requisito, vez que apresentou em seus atestados de capacidade técnica a comprovação de execução de serviços semelhantes. Alega que o serviço comprovado pela documentação ora apresentada, ou seja, ensaio modificado de Proctor ou AASHTO modificado supre as exigências do edital. Que nesta nova modalidade de ensaio, embora a amostra seja compactada no mesmo molde, isto é feito, no entanto, em cinco camadas, sob a ação de 25 golpes de um peso de 4,5 kg, caindo de 45 cm de altura. A energia específica de compactação é, para este ensaio, da ordem de 25 kg x cm/cm³. E ainda (...) *Mediante ao apresentado, a empresa demonstrou sua capacidade do volume dos serviços requeridos no edital com a comprovação de execução dos volumes de sub-base e base, que compreende em serviços idênticos ou até mesmo de característica superior que o exigido em edital, como, o Proctor Modificado que tem o grau de energia superior ao do intermediário, sendo assim, um aumento da massa específica aparente que implica também em uma melhoria da impermeabilidade do solo compactado, o que, em última análise, é fator de maior estabilidade (...).* **DO PEDIDO:** Requer a Vossa Senhoria que conheça e dê provimento ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por esta licitante, para que o mesmo seja declarado TOTALMENTE PROCEDENTE, no tocante ao pedido de habilitação desta empresa, reformando a r. decisão emanada na ata de julgamento de habilitação, declarando a licitante ora recorrente como habilitada na licitação. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões sendo que a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** apresentou tempestivamente suas contrarrazões. Afirma que as razões trazidas no recurso da empresa Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda, o mesmo não merece provimento, pelas razões abaixo fundamentadas. Que a requerente apresenta um fundamento totalmente equivocado. Isso porque, há a tentativa de convencer esta Comissão no sentido de que o preenchimento do requisito de qualificação de capacidade técnica se faz constatado, por acreditar que há demonstrado, através do seu responsável técnico Cleyton Silva Ferreira, a execução de ponte em concreto pretendido. Elucida que a exigência da qualificação técnica OPERACIONAL possui o condão de verificar a comprovação da capacidade técnica da EMPRESA em executar os serviços. **DO PEDIDO:** Requer que o recurso apresentado pela empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** seja desprovido. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão do dia 13.09.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93 e principalmente no Parecer Técnico Análise Recursos ID (0021851578) emitido pelo DER-NUPROJVIARIO, assinado pelos profissionais **IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA** - Assessora/Eng^a Civil, **RENAN DA SILVA GRAVATÁ** - Engenheiro Civil e **ELIZA ELIS HENZ** - Coordenadora da CPPOO/DER/RO, aqui parcialmente reproduzidos:

(...) ANÁLISE RECURSO ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

*Com relação a comprovação de qualificação técnica operacional para o item **Execução de ponte em concreto pretendido**, o entendimento é de que não há fundamento para se aceitar a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, respaldado na Jurisprudência. Através do Acórdão 2208/2016-Plenário, foi defendido que a capacitação técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) da empresa não se confunde com a capacitação do profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. A unidade instrutiva considerou que, nesse contexto, não há garantia de que o simples fato de a empresa contar com o profissional irá resultar na execução satisfatória do serviço, já que outros fatores são necessários para a adequada prestação.*

Considerando o questionamento da empresa ressaltando que executou serviços de OAE, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes. De acordo com a Lei 8.666/1993, § 3º será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. No caso levantado pela licitante,

as características técnicas do item em questão são inferiores se comparadas com a construção de uma ponte Concreto Pré-Moldado Protendido, sendo improcedente o pleito, vez que Bueiros e Galerias são Obras de Arte Corrente e não Obras de Arte Especiais.

No que tange ao item de **defensa semi-maleável simples**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID. 0021316163), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa. (...).

Mister ressaltar que a legislação que rege a presente questão é clara ao dispor acerca da exigência técnica operacional, bem como a jurisprudência unânime no sentido que constitui como item obrigatório e legal tal normativa prevista em norma editalícia. A **qualificação técnico-operacional** corresponde à capacidade da **empresa**, referindo-se a aspectos típicos da estrutura organizacional da empresa licitante, como instalações, equipamentos e equipe. Já a **qualificação técnico-profissional** relaciona-se ao **profissional** que atua naquela empresa licitante, referenciando especificamente o profissional detentor do respectivo atestado. É extensa jurisprudência do TCU sobre a necessidade de não se confundir a capacidade técnico-operacional, que é da empresa, com a capacidade técnico-profissional, que é dos profissionais responsáveis. Destacamos:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. [Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário](#)

Ressalta-se, por fim, que o atestado de capacidade técnica deve ser **emitido por pessoa jurídica**, sendo, ainda, **inadmissível a transferência do acervo técnico** da pessoa física para a pessoa jurídica:

(...) a transferência de acervo técnico de pessoa física à pessoa jurídica pode ensejar o possível ‘comércio’ de acervo, permitindo assim que empresas aventureiras participem de licitação sem que possuam a real capacidade de executar o objeto, apenas pela simples formalização de contrato com responsável técnico detentor da qualificação requerida. [Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário](#)

Portanto claro e evidente que a empresa recorrente não atendeu as exigências contidas no item 15.3, alínea "d" do Edital, reforçando a decisão acertada pela Comissão de Licitação ao inabilitá-la em ata anteriormente proferida. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: "A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que

a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) (“in” “Direito Administrativo Brasileiro”, Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268). Neste contexto, a Comissão de Licitação decide **não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e dar provimento as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 13.09.2021, mantendo **INABILITADA** a empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um às treze horas**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA ESPÍRITO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 12/11/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 12/11/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 12/11/2021, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022037891** e o código CRC **0F19E35C**.